

DIÁRIO DE NOTÍCIAS	COMÉRCIO DO PORTO	
SÉCULO	DIÁRIO POPULAR	12 NOV. 1974
JORNAL DO COMÉRCIO	DIÁRIO DE LISBOA	
PRIMEIRO DE JANEIRO	CAPITAL	
JORNAL DE NOTÍCIAS	REPÚBLICA	

ESTÁ NA HORA DE SALVAR A VIDA HOSPITALAR PORTUGUESA ②

QUE SE PASSA COM O DINHEIRO DESCONTADO PELOS BENEFICIÁRIOS DA PREVIDÊNCIA?

— oportuna questão levantada pelo dr. Augusto Martins

Trabalhei no Banco de S. José, no Hospital do Desterro, no célebre Serviço 9 de Traumatologia e Ortopedia de S. José, onde até baratas e percevejos caíam do tecto, durante os actos cirúrgicos, na única sala de operações existentes, e no Hospital dos Capuchos... Quer dizer, perante o nojo, o desengano, a frustração, a vergonha e a revolta que experimentei como ser humano, via profissão de médico, só uma atitude era coerente comigo próprio. ABANDONEI, nunca mais entrando como profissional num hospital estatal, a partir de 1957, e começando, no ano seguinte, a travar uma luta no sentido de contribuir para a modificação daquele estado de coisas. Para a melhoria dessa situação em que era (é) oferecido o tratamento da doença em Portugal.

Aqui se regista o depoimento do dr. Augusto Martins, personalidade médica que também quis colaborar com a presente iniciativa do «Diário Popular» em desmascarar os poderes, sugerir dados, ideias, elementos a utilizar eventualmente na urgente reconversão da vida hospitalar portuguesa, agora ainda em tempo de ser salva. Por em Portugal se continuar a morrer indevida e imerecidamente, passa-se a divulgar as declarações do presidente sem vencimentos do conselho de administração da Casa de Saúde de Santiago de Setúbal, S. A. R. L. (em construção):

— Um dos problemas mais desconfortantes e desleixados do nosso país, no regime derrubado, foi o da Saúde e Medicina. Relegado para lugar secundário, os silêncios dos seus departamentos foram norma e parece-me que se apresentavam como resposta aos poucos ataques que lhes eram movidos. Não faltavam, claro, os heróis das conversas de café e almoçadas, mas até foram muitos os que se debateram frontalmente, empenhando-se em actos ou na palavra escrita.

«ERRADA E DESACONSELHADA A MANEIRA COMO A CARROÇA ANDAVA, POIS CONDUZIU-NOS A ESTAGNAÇÃO E AO DESENCORAJAMENTO»

Prosseguiu: — Também não será de estranhar que o Governo Provisório, sopesando esta problemática, não quisesse butir com uma «mede-mostra» envelhecida, muito mal remendada por improvisações. E que abalar segredos de uma obra neste estado pode provocar um desabamento que criaria um estado caótico. E a Saúde, com o decorrer dos anos, tornou-se — acomodaticamente — em situação silenciada, julgo que das mais agudizadas no panorama europeu. Compreende-se que haja problemas prioritários, mas o certo é que se morre em Portugal indevidamente e isto pela inadaptabilidade das estruturas de saúde ao progresso, pelo nível médio baixo de cuidados médico-cirúrgico-recuperadores oferecidos, pelo desfasamento entre a medicina ensinada e aquela que, depois, o profissional poderá praticar. Estava errado e desaconselhável a maneira como a «carroça» andava, pois conduziu-nos à estagnação e ao desencorajamento... Claro que ninguém estará convicto de que nada se teria tentado antes do 25 de Abril, para melhorar a presente dramática situação. Só que todas as

pela óptica da caridade e da beneficência do «hospício». Há todo o direito de obrigar as estruturas de saúde do nosso país a encararem os indivíduos como cidadãos doentes, quando sujeitos a males. E quando se afirma haver todo um direito, é porque, no reverso da medalha, se obriga o mesmo indivíduo a fazer o pré-pagamento, através do esquema do seguro de doença da Previdência...

Entrando no primeiro plano a escarpelizar, o da falta de dinheiro por desvio... Assim:

— As necessidades de equilíbrio financeiro, durante quase meio século, conduziram sempre a que se fosse buscar verbas onde houvesse receitas, sem cuidar muito das finalidades para que eram destinadas. Interessava era concertar o balanço da Conta Geral do Estado. Tal facto aconteceu igualmente com a Previdência, pelo que nunca se fi-

seus descontos obrigatórios... e qual o destino que lhes foi dado. A verdade é que os quantitativos recebidos chegam para que os doentes sejam convenientemente tratados — como se estivessem inseridos num esquema de tipo europeu do seguro de doença. Pois bem, o que a população beneficiária tem encontrado não é senão uma burla. Ela tem sido conduzida para esquemas criminosamente minimizados: devido ao baixíssimo nível das infra-estruturas existentes e ao modo como se processam o serviço, muitos v. das se têm perdido indevidamente.

Todos sabemos da inferior qualidade, nos vários aspectos profissionais, sociais e económicos, com que são oferecidos os cuidados médico-cirúrgicos na nossa terra, que ainda por cima são burocraticamente desorganizados e com graves incapacidades administrativas... Ora

Entrevista de JOÃO ALVES DA COSTA

zeram contas públicas dos seus dinheiros, visto que uns bons milhões davam para «tapar» muitos «tracacos»... Mas não são as próprias empresas particulares obrigadas a prestar contas à fiscoalidade do seu exercício anual e a, do Grupo A a fazer o mesmo, publicamente, em jornal diário ou no «Diário do Governos»?

O QUE TEM ENCONTRADO A POPULAÇÃO BENEFICIÁRIA SENÃO UMA BURLA? A HISTÓRIA (!) DOS MONTANTES FABULOSOS DESCONTADOS...

Continuou: — O povo português desconta, há dezenas de anos, montantes fabulosos para a rubrica dos encargos sociais, tanto o trabalhador como o empregador. Parte substancial desses encargos constitui uma contribuição obrigatória para a Previdência, a qual até seria de louvar se, por acaso, houvesse uma retribuição justa e condigna... Afir-

Mesmo em 1972, pela Conta Geral do Estado apresentada, bastavam três meses de verba (a qual deveria ser destinada exclusivamente aos serviços médico-sociais da Previdência) para pagar as despesas do custo total da saúde pública, durante os doze meses do ano... E o resto deste belo e suculento «bolo» quem o come?...

em Portugal situa-se na cauda da Europa, por motivos que já se anteviam há dezenas de anos. É preciso que se ultrapasse com rapidez a fase das últimas décadas, nas quais o povo português foi encarado, quando enfermo, como «animal» humano doente a quem era dado um número. Isto, depois de termos saído do túnel do pesadelo de séculos em que éramos vistos

nal, o que se tem dado em troca não passa de oferta de prestação pouco mais do que miserável!

Frisando bem, «com giz grosso»:

— Há todo o direito de se exigir contas públicas, para que as populações beneficiárias tenham conhecimento do valor a que montam os somatórios dos

empresa privada, ou, ainda, pode o financiamento ser efectuada pelos depósitos recolhidos, obrigatoriamente, pelo esquema da Previdência para finalidades médico-sociais. No entanto, quem, ao fim e ao cabo, contribui, de modo directo ou indirecto, é sempre o próprio cidadão. E por esse motivo não deve abdicar perante um problema que tão directamente lhe diz respeito.

DAQUI SE LANÇA A PERGUNTA: «QUEM COME O BELO E SUCULENTO BOLO?»

O dr. Augusto Martins põe a «ferida» a descoberto:

— As contribuições esportuladas pela Previdência ultrapassam

saúde pública em Portugal. Escalhi: este ano porque assinala a criação do Ministério da Saúde.

E desassombradamente: — Mesmo em 1972, pela Conta Geral do Estado apresentada, bastavam três meses de verba (a qual deveria ser destinada exclusivamente aos serviços médico-sociais da Previdência) para pagar as despesas do custo total da saúde pública, durante os doze meses do ano... E o resto deste belo e suculento «bolo» quem o come?...

Concluindo: A «limpeza» na Previdência parece que terá de ser feita, em primeiro lugar, a nível dos sectores de gestão e administração. A burocracia desen-

O povo português desconta, há dezenas de anos, montantes fabulosos para a rubrica dos encargos sociais. Tanto o trabalhador como o empregador. Parte substancial desses encargos constitui uma contribuição obrigatória para a Previdência, a qual até seria de louvar, se, por acaso, houvesse uma retribuição justa e condigna... Afinal, o que se tem dado em troca não passa de oferta de prestação pouco mais do que miserável!

sam dois milhões e quinhentos mil contos mensais (!!!) O que a Previdência arrecada dará anualmente um montante que, em ordem de grandezas, esta parelha com metade das despesas gerais de todo o Estado português; isto é, são para cima de trinta milhões de contos!!!!... Tal soma seria mais que suficiente para que a Previdência pudesse oferecer entre nós um esquema de saúde eficaz. Assim, a verba que hoje deveria ser destinada aos serviços médico-sociais, e a de um só mês (!), seria já muito superior àquela que a Conta Geral do Estado indicava ter gasto, durante o ano de 1958, para cobrir as despesas totais da

volveu-se de modo mais que aterrorador, e sem qualquer aspecto que venha a traduzir-se por rentabilidade e funcionalidade. Nas esferas mais altas a «maquinaria» estava completa e propositadamente emperrada. O dinheiro das contribuições coercivas (é voz corrente) tinha de compensar os altos encargos da guerra ao Ultramar. Então, seria preciso trabalhá-las, arqui-

Há todo o direito de se exigir contas públicas, para que as populações beneficiárias tomem conhecimento do valor a que montam os somatórios dos seus descontos obrigatórios... e qual o destino que lhes foi dado. (...) O que a população beneficiária tem encontrado não é senão uma burla. Ela tem sido conduzida para esquemas criminosamente minimizados

tectando a maneira de as diluir, para justificar uma gestão apropriada para tal finalidade. O círculo vicioso começava aí e aí acabava.

A SEGUIR: Sobre a coragem de (não) reconhecer os erros do passado, a fim de criar um futuro saudável...